



Folha Livre: o discurso de um jornal republicano em uma comunidade alemã de Santa Catarina no século XIX¹

Mario Luiz FERNANDES²

Resumo:

Este artigo abarca campos da história do Brasil, da história da imprensa catarinense e análise discursiva, e tem como objetivos traçar o perfil histórico e desenvolver a análise discursiva do jornal *Folha Livre* sobre a causa republicana na comarca de Joinville (SC) em 1887. O periódico atuava em um contexto sócio-histórico diferenciado, constituído pela maioria da população de origem alemã, que não falava português e que pouco conhecia os meandros da política brasileira. Por meio da Análise de Conteúdo (AC) e da Hermenêutica de Profundidade, observou-se que o semanário buscou persuadir seus leitores em favor da causa republicana, por meio de um discurso que visou legitimar a república e fragmentar a monarquia.

Palavras-chave: Jornalismo, *Folha Livre*, história da imprensa, imprensa republicana.

Folha Livre: the speech of a republican newspaper in a german community in Santa Catarina in the century XIX

Abstract:

This article involves fields of Brazilian history, the history of the Santa Catarina press and discursive analysis, and aims to outline the historical profile and develop the discursive analysis of the newspaper *Folha Livre* on the republican cause in the district of Joinville (SC) in 1887. The periodical operated in a different socio-historical context, made up of the majority of the population of German origin, who did not speak Portuguese and who had little knowledge of the intricacies of Brazilian politics. Through Content Analysis (CA) and In-Depth Hermeneutics, it was observed that the weekly newspaper sought to persuade its readers in favor of the republican cause, through a speech that aimed to legitimize the republic and deny the monarchy.

Keywords: Journalism, *Folha Livre*, press history, republican press.

¹ Uma versão deste artigo foi publicada na revista Fólio, do Centro Universitário Metodista, em 2007. Porém, em 2015, a revista substituiu sua plataforma de publicação e todas suas edições publicadas até 2014 foram excluídas da Internet. O artigo foi reformulado, ampliado e revisado para esta edição.

² Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com atuação no curso de graduação em Jornalismo e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Artes, Letras e Comunicação. Doutor (2007) em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). E-mail: mario.fernandes@ufms.br





Folha Livre: el discurso de un periódico republicano en una comunidad alemana en Santa Catarina en el siglo XIX

Resumen:

Este artículo involucra campos de la historia brasileña, la historia de la prensa catarinense y el análisis discursivo, y tiene como objetivo delinear el perfil histórico y desarrollar el análisis discursivo del periódico *Folha Livre* sobre la causa republicana en el distrito de Joinville (SC) en 1887. El periódico operaba en un contexto sociohistórico diferente, formado por la mayoría de la población de origen alemán, que no hablaba portugués y tenía poco conocimiento de los entresijos de la política brasileña. A través del Análisis de Contenido (CA) y Hermenéutica de Profundidad, se observó que el semanario buscaba persuadir a sus lectores a favor de la causa republicana, a través de un discurso que apuntaba a legitimar la república y negar la monarquía.

Palabras clave: Periodismo, *Folha Livre*, historia de la prensa, prensa republicana.

Introdução

A causa republicana chegou quase que tardiamente entre os catarinenses. O Manifesto Republicano, publicado a três de dezembro de 1870 na primeira edição do jornal *A República*, do Rio de Janeiro, não foi subscrito por lideranças de Santa Catarina. A imprensa de Desterro (Florianópolis) abraçou a causa oficialmente só em 31 de maio de 1885 com *A Voz do Povo*, o primeiro jornal republicano da província, dirigido por José de Araújo Coutinho, e fechado em novembro do mesmo ano, após 27 edições. Ainda em 1885, foram criados clubes republicanos em Desterro, Camboriú, Joinville, São Francisco do Sul, São Bento do Sul, Porto Belo e São João Batista.

De acordo com Joana Pedro (1995), entre 1885 e 1900 foram lançados pelo menos 172 jornais na província/estado, com média de 12,5 por ano, sendo 24 deles (13,9%) republicanos. Desses, dez entraram em circulação entre maio de 1885 e novembro de 1889, antes da proclamação. Tinham como missão formar e persuadir a opinião pública em torno da causa. A *Folha Livre* foi o primeiro jornal republicano de Joinville, comarca que já despontava como uma das principais de Santa Catarina e que foi colonizada a partir de 1851, principalmente por alemães, suíços e noruegueses.

O periódico apresentava perfil diferenciado em relação às demais folhas do gênero, em razão do contexto sociocultural distinto no qual produzia seu discurso: era redigida em português em uma cidade brasileira, onde a maioria da população era de origem alemã que



pouco conhecia o idioma português; entre os brasileiros nativos, o índice de alfabetizados era reduzido.

Este artigo abarca campos da história, história da imprensa e análise discursiva. Tem por objetivos reconstituir traços da história da *Folha Livre* e analisar seu discurso sobre a instauração do regime republicano na comarca de Joinville. Pesquisa bibliográfica, documental e análise discursiva compõem os métodos de investigação. A primeira abarca o contexto sócio-histórico no qual o jornal foi lançado e produziu seu discurso. A segunda recorre a jornais e documentos para resgatar a história do periódico.

A análise dos textos foi desenvolvida com base na Análise de Conteúdo (AC), técnica de matriz semiológica que, por meio da descrição, objetiva a interpretação das comunicações, ou como define Bardin (2004, p. 27), “visa determinar a influência cultural das comunicações de massa na nossa sociedade”. Analisa não somente o texto, mas o contexto no qual foi produzido. É aplicada aqui nas fases de: a) pré-análise; b) identificação das *unidades de análise* ou *unidades de registro* (fragmentos de unidades de significação dos textos); c) *categorizações temáticas* (agrupamento das *unidades de registro* com significação em comum); e d) *inferências* (deduções lógicas, interpretação dos textos, de seus enunciados e proposições) (Bardin, 2004).

A *Folha Livre* circulou de janeiro a junho de 1887 e, das suas 23 edições, apenas 15 estão preservadas e embasam a pesquisa sobre a história do periódico. Para a análise discursiva, o *corpus* está constituído por dois artigos de fundo de duas edições. O artigo de fundo, formato do jornalismo opinativo, deu origem ao editorial. Conforme Melo (1994), o editorial tem como função comentar e interpretar os fatos, segundo a linha editorial do jornal. É um meio de moldar a opinião pública e conquistá-la para o ponto de vista da publicação, por meio de plataformas e campanhas. Objetiva ensinar, criticar, defender e elogiar.

É por meio do editorial que a empresa jornalística expressa sua opinião sobre os fatos atuais ou não. No caso das “pequenas empresas, onde o controle financeiro fica nas mãos de um proprietário ou de sua família”, o editorial contém a opinião do próprio dono [...] (Melo, 1994, p. 96). Nessa definição, pode ser enquadrada de forma direta a atuação da *Folha Livre* e da quase totalidade de imprensa catarinense do século XIX.

O estudo apresentado aqui está estruturado em três tópicos. O primeiro contextualiza o cenário pré-republicano em Joinville e em Santa Catarina e as origens de sua imprensa,

propiciados pelas características socioculturais e econômicas da província. O segundo traz o perfil do jornal *Folha Livre* e da imprensa republicana catarinense entre 1885 e 1889. O terceiro, analisa o discurso do jornal *Folha Livre* na busca pela *legitimação* do regime republicano e pela *fragmentação* do regime monárquico visando a destituir o primeiro e instaurar o segundo.

Contexto pré-republicano em Santa Catarina

Apesar da colonização de Santa Catarina ter iniciado em meados do século XVII em São Francisco, até final do século XIX era apenas um ensaio do estado que viria a se tornar a partir do final do século XX. De acordo com o IBGE (*apud* Cabral, 1994), em seu primeiro censo oficial em 1872, a província tinha 19 municípios e 159.802 habitantes. Em Desterro, a capital, eram 25.619 habitantes³, dos quais apenas 5.073 (19,8%) eram alfabetizados. Em 1874, segundo Cabral (1994), 144.818 catarinenses eram livres e 14.984 escravos. Em 1890, a população da província chegou a 283.769 habitantes.

O baixo índice populacional e o reduzido consumo de produtos fizeram com que a economia se concentrasse na exportação da produção agrícola, via porto de Desterro. Conforme Joana Pedro (1995, p. 78), a capital detinha 39% das exportações de todo o estado, mas, a partir de 1885, o porto entrou em decadência em razão da “pouca profundidade do canal principal, o que impedia a entrada de grandes embarcações”. Com isso, os comerciantes locais passaram a abastecer apenas a cidade e a depender dos cargos públicos.

A colônia Dona Francisca (Joinville) foi fundada em nove de março de 1851 por alemães, suíços e noruegueses. Enquanto em Desterro 20% dos trabalhadores eram agricultores, em Blumenau chegavam a quase 55% e em Joinville, a 31%. As duas primeiras levas de imigrantes alemães que chegaram em Joinville em março e julho eram quase todas de lavradores e trabalhadores braçais. Mas, de acordo com Herkenhoff (1998, p. 10-11), outros 75 que chegaram em setembro eram, em sua maioria, “intelectuais, universitários e políticos, participantes ou simpatizantes dos movimentos subversivos de 1848” na Alemanha e, por isso, o “impulso extraordinário na área cultural, artística, social e mesmo científica” na nascente

³ Os demais municípios de SC tinham as seguintes populações: São Miguel (10.428), Tijucas (10.387), Camboriú (3.533), Itajaí (9.018), Blumenau (8.922), Parati (atual Araquari – 6.013), São Francisco (9.314), Joinville (7.650), São José (18.858), Garopaba (3.407), Laguna (14.331), Imaruí (4.897), Tubarão (7.608), Araranguá (5.442), Lages (8.488), São Joaquim (1.734), Curitibanos (2.191) e Campos Novos (2.136) (Cabral, 1994).

colônia. Para a autora, isso explica também o lançamento, já em novembro de 1852, do *Der Kolonist (O Colono)*, o primeiro jornal manuscrito local. Os diferentes grupos, porém, aportavam em um território desconhecido onde o idioma era a principal barreira, além de certa hostilidade por parte da comunidade luso-brasileira e a falta de instalações adequadas, entre outras limitações. Dos 19 mil habitantes do município no final do século XIX, apenas 25% eram luso-brasileiros e parte deles se declarava antialemã (Herkenhoff, 1998).

Apesar de todas as adversidades e/ou instigados por elas, os recém-chegados se puseram a produzir suas lavouras, instalar casas de comércio e, mais tarde, as primeiras fábricas. Possivelmente, sem conhecimentos mais profundos sobre as questões políticas nacionais, os primeiros movimentos políticos dos imigrantes foram reivindicar seus direitos e as promessas não cumpridas pelas companhias colonizadoras, bem como criticar ações da administração local (Herkenhoff, 1998). No final do século XIX, Joinville já manifestava sua vocação industrial e tornou-se o maior polo econômico do estado e um dos maiores do país no final do século XX.

Sua imprensa tipográfica nasceu em 20 de dezembro de 1862 com o *Kolonie-Zeitung und Anzeiger fuer Dona Francisca und Blumenau (Jornal da Colônia e Órgão Publicitário para Dona Francisca e Blumenau)*, lançado pelo imigrante alemão Ottokar Doerffel. Redigido em alemão, circulou até maio de 1942. O primeiro jornal em português da colônia, *Gazeta de Joinville*, só foi lançado em 25 de setembro de 1877, por Carlos Lange, também imigrante germânico. Seguiram-se *O Globo* (03 a 07/1884), *O Democrata* (1884 a 1886), *Constitucional* (10/1885 a 03/1886), *Neue Kolonie-Zeitung* (12/1885 a 12/1886), *Folha Livre* (01 a 06/1887) e *Reform* (01/1887 a 11/1889). Até o final do século XIX foram 17 jornais na cidade, oito deles em alemão e os em português costumavam trazer uma ou duas páginas no idioma germânico. Após Desterro e Joinville, os próximos a terem jornais foram: Laguna (1864), Blumenau (1881), Lages (1883), Itajaí (1884), São Francisco do Sul (1884), São Bento do Sul (1885) e Tijucas (1885).

Ainda que até 1885 não houvesse jornais declaradamente republicanos, já em 28 de julho de 1831, ao lançar *O Catharinense*, o primeiro jornal da província, o militar Jerônimo Francisco Coelho acenava simpatias por esse regime. Na segunda edição, em 11 de agosto, sentenciava: “[...] há de acabar o tempo de ser rei o filho do rei. Esse barbarismo político [...]”

(*apud* Meirinho, 1997, p. 17). Na extensão da Revolução dos Farrapos, no Rio Grande do Sul (1835 a 1845), em três ocasiões cidades catarinenses tornaram-se repúblicas independentes por breves períodos: Lages (9/03 a 7/04/1838; 10/03/1839); e Laguna (24/07 a 15/11/1839).

Folha Livre e a imprensa republicana catarinense

Pouco antes da Proclamação da República, os jornais dos partidos Liberal e Conservador já vinham perdendo fôlego. Conforme Joana Pedro (1995), dos 72 jornais editados em Desterro entre 1831 e 1885, 15 (20,8%) eram porta-vozes dos liberais e 18 (25%) dos conservadores. Ou seja, quase a metade tinha vínculo explícito com os dois partidos. O último dos liberais foi *A Regeneração*, que iniciou em 1868 e, intercaladas algumas interrupções, seguiu até 1889 quando fechou definitivamente. Do lado dos conservadores, o último foi o *Conciliador* (1885-1886).

Entre 1885 e o 15 de Novembro, circularam os seguintes jornais republicanos em Santa Catarina: *A Voz do Povo* (Desterro – 05 a 11/1885); *O Urubu* (São Bento do Sul – 1885; manuscrito, primeiro jornal da cidade, criado pelo médico Felipe Maria Wolf); *O Independente* (Tijucas – 05/1886 a 11/1888); *A Evolução* (Desterro – 08/1887; ligado ao Clube Republicano Esteves Júnior e propriedade de Lídio Martins Barbosa); *Folha Livre* (23/01 a 26/06/1887); e *Sul* (Joinville – 08/1887 a 06/1890; direção de João Evangelista Leal) (Pedro, 1995).

Quando do seu lançamento, a dominical *Folha Livre* era a única em português editada na cidade e a sétima nessa linha sucessória⁴. Concorria com o já tradicional *Kolonie-Zeitung* e com o estreante *Reform*, também de janeiro de 1887. Com quatro páginas, *layout* em três colunas e formato de 26x36 centímetros, a *Folha Livre* teve 23 edições. “Com o desaparecimento da ‘FOLHA LIVRE’ acaba-se a nossa luta, da qual nos recolhemos sem louros, porque nunca os pretendemos [...]”, assinala o editor em nota de despedida.

Na primeira edição, apresenta-se como iniciativa de um “grupo de moços bem intencionados” e que seu programa era o de “toda a imprensa democrática e livre, moldado no mais sincero e acrisolado patriotismo” (*Folha Livre*, 23 jan.1887). Apresentava a justificativa para o título do jornal e se dizia afastado das questões políticas, mas devotado à causa pública.

⁴ Os primeiros jornais lançados em língua portuguesa em Joinville foram: *Gazeta de Joinville* (1877), *O Globo* (1884), *O Democrata* (1884), *A União* (1884), *Balão Correio* (1884), *Constitucional* (1885) e *Folha Livre* (1887). Esses, embora redigidos em português, traziam uma ou duas páginas em alemão (Herkenhoff, 1998).

É “FOLHA LIVRE” [grifos do jornal] porque alheia-se completamente das lutas inglórias e dissolventes da política partidária. É “FOLHA LIVRE” porque a sua missão é o devotamento à causa pública e porque suas colunas estão sempre francas para tudo quanto for honesto e justo (Folha Livre, 23 jan. 1887).

Em saudação pelo lançamento do novo jornal, em 28 de janeiro o *Kolonie-Zeitung* coloca em dúvida a orientação republicana da *Folha Livre*:

[...] acreditávamos tratar-se de uma publicação de cunho republicano, lançado por um clube republicano a ser aqui fundado e realmente acaba de ser concretizada a fundação de uma sociedade de nome José Bonifácio, associação esta de um grupo de jovens que se declara responsável pelo lançamento do jornal. No entanto, a agremiação é puramente literária e a “Folha Livre” não apresenta qualquer tendência republicana, mas ao contrário, pretende distanciar-se da política partidária e servir com imparcialidade à causa pública (*Kolonie-Zeitung apud Herkenhoff, 1998, p. 76*).

Essa primeira impressão de neutralidade observada pelo *Kolonie-Zeitung* era reconhecida pela própria *Folha Livre*, mas em seis de março advertia: “moderados, mas incorruptíveis” e essa moderação também não significava omissão:

A nossa imparcialidade em matéria política não deve impor-nos o criminoso silêncio diante dos fatos que se estão passando na alta região política do nosso país. Também queremos, nesta emergência, externar nossa opinião, porque, como único jornal brasileiro na comarca, não devemos conservar a prejudicial indiferença que muito bem se poderia traduzir por falta de patriotismo (A crise [...], 06 mar. 1887, p. 01).

Quando a *Folha* encerrou suas atividades, o *Kolonie* (*apud Herkenhoff, 1998, p. 81*) clarifica a opção política do jornal e sinaliza seu possível retorno: “a esperança do seu breve ressurgimento, sob o título de ‘Pátria Livre’, como órgão do Partido Republicano da Província”.

Dizia-se propriedade de uma Associação e, depois, como pertencente à Sociedade Literária José Bonifácio, o patrono da Independência e falecido em 1838. Tinha como redator Manoel Corrêa de Freitas, paranaense de Paranaguá, onde fundou o Clube Republicano e foi candidato não eleito a deputado provincial. De Freitas, como era conhecido, teve forte atuação política em Santa Catarina e foi fundador do Clube Republicano de Joinville e auxiliou na instalação dos clubes de Desterro, Camboriú, Porto Belo e Tijucas. Pelo seu histórico republicano, é possível inferir a condição republicana da *Folha Livre*.

Ao longo das edições, em pequenas notas de cumprimentos entre colegas de redação, identifica-se que entre seus redatores estavam também Ignácio Bastos, 25 anos, Celestino Júnior (deixou o jornal no final de abril) e Leônidas Barros, possivelmente os nomes verdadeiros dos pseudônimos Gonsalinho, Forragaita e Curuvina.

Apresenta estrutura editorial comum aos jornais da época: artigo de fundo, que normalmente se estendia da primeira à segunda página; folhetim no rodapé da capa, e que eventualmente se prologava até a segunda⁵; Seção Noticiosa; com notas informativas sobre a cidade, o país e o exterior e que frequentemente ocupavam até duas páginas; Seção Amena, pequenos comentários que ocupavam a página 3 e assinada por Gonsalinho e Curuvina; Seção Livre (cartas de leitores) na página 4; anúncios classificados (de oito a dez) e pequenos editais que ocupavam as páginas 3 e 4.

Pelo número de notas, artigos e comentários condenando a escravidão, pode-se dizer que a *Folha Livre* foi mais abolicionista que republicana, embora a primeira causa não constasse no seu programa apresentado na primeira edição. “O ultra abolicionismo não estava, é verdade, expresso verbalmente em nosso programa, mas ressaltava d’ele, como um raio de um foco; era um corolário das nossas ideias democratizadoras” (Três meses [...], 01 maio 1887, p. 1-2).

Alguns artigos de fundo sobre a escravidão chegavam a ocupar duas páginas⁶. Em 20 de março, por exemplo, publicou o manifesto abolicionista do Centro Catarinense⁷. Como resultado, alguns proprietários de escravos escreveram para o jornal comunicando que haviam libertado seus cativos. O forte posicionamento abolicionista pode ser atribuído à influência do republicano e ativista antiescravagista João Evangelista Leal.

⁵ O Folhetim tem como título *Chuviscos*. Não apresentava uma narrativa tradicional da época – romance em capítulos – tratava-se de uma coluna de notas irônicas e críticas sobre o cotidiano dos joinvilenses. Era assinada pelo pseudônimo de Forragaita (Chuviscos, 06 mar. 1887, p. 01).

⁶ Das 15 edições, os artigos aparecem em seis: 6 e 20 de março, 3 e 17 de abril, 29 de maio, 19 de junho. Nesta última, destaca a atuação de João Evangelista Leal no auxílio aos negros libertos e cativos. Em 08/1887, Evangelista lançou o *Sul*, substituto da *Folha Livre* (Folha Livre, 1887).

⁷ O manifesto de 17/02/1887 apela para que a Assembleia Legislativa e as câmaras municipais decretassem o fim da escravidão na província. A entidade, sediada no Rio de Janeiro, congregava catarinenses que residiam ou estudavam na Corte. Em 1887, era presidida por Miguel Antônio Pestana, tendo Antônio Justiniano Esteves Júnior (vice), José Arthur Boiteux (1º secretário), Eduardo Otto Horn (2º secretário) e Adolpho Riegel (tesoureiro). O documento foi elaborado por José Cândido de Lacerda Coutinho, Olympio Adolpho de Souza Pitanga e João Velloso de Oliveira (Herkenhoff, 1998).

Joinville, em 30 de março de 1887, tinha 96 cativos (48 homens e 48 mulheres) cadastrados junto à Coletoria, noticiou a *Folha Livre* em abril. Em artigo de duas páginas (29 de maio), clamava pela liberdade dos negros em Santa Catarina, “[...] em cujo seio gemem mais ou menos cinco mil escravos [...]” (Pelos escravos, 29 maio 1887, p. 1-2). No Paraná, segundo o jornal, eram 3.506.

No editorial de 1º de maio, comemorativo aos três primeiros meses do jornal, relata as dificuldades que era fazer jornalismo em uma pequena localidade, principalmente sobre a indiferença dos leitores em relação às folhas locais. Duas semanas depois, volta a lamentar a apatia dos catarinenses pela causa republicana.

A província de Santa Catarina, pela morosidade com que tem assimilado as ideias que constituem já a aspiração suprema de tantas outras províncias, parece estar condenada a tornar-se eco derradeiro e timorato da revolução que está se operando decisivamente no nosso organismo social. Aqui, acolá, mais longe refervia o entusiasmo e a propaganda estendia-se como as difusões da luz; mas embalde! (Folha Livre, 15 maio 1887).

Em 11 de agosto de 1887, a *Folha Livre* era sucedida pelo *Sul*, propriedade de João Evangelista Leal e Luiz Gualberto.

Legitimação da república e fragmentação da monarquia

Dois artigos constituem o *corpus* desta análise discursiva, em razão de serem os mais contundentes e explícitos em defesa do republicanismo, entre os 15 analisados na fase exploratória⁸. Seguindo o método delineado por Bardin (2004), esses artigos foram fragmentados em “unidades de registros”, o que permitiu identificar duas principais categorias temáticas discursivas: a de *legitimação* da república e a de *fragmentação* da monarquia.

Essas categorias foram tomadas por empréstimo de Thompson (1995), que situa a *legitimação* e a *fragmentação* como dois dos cinco modos de operação⁹ da ideologia nas formas simbólicas. O autor define a ideologia como “sentido [significado] a serviço do poder”. A partir

⁸ A Biblioteca Pública do Estado de SC e a Biblioteca Nacional Digital possuem em seus acervos as edições número 02, 04, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 19, 20, 22 e 23 de 1887, que constituem o *corpus* desta pesquisa.

⁹ Thompson (1995) elenca ainda outros dois “modos de operação da ideologia” nas construções simbólicas e suas respectivas “estratégias”: Dissimulação (Deslocamento; Eufemização; Tropo); Unificação (Estandartização; Simbolização da unidade).

desse fundamento, desenvolveu a Hermenêutica de Profundidade (HP), modelo metodológico que objetiva analisar “como o sentido é mobilizado pelas formas simbólicas para estabelecer e sustentar relações de dominação” (Thompson, 1995, p. 16). A mídia exerce papel estratégico no processo de difusão da ideologia, daí a importância da análise de suas estratégias discursivas e a adoção da HP neste estudo.

A ideologia e a imprensa republicanas não podem ser consideradas dominantes na Santa Catarina da década de 1880, pelo contrário, são movimentos insurgentes contra a dominação monárquica. Porém, como observa Thompson (1995, p. 89), utilizando-se dos modos de operação da ideologia, as formas simbólicas também podem “subverter” e “minar” a ordem vigente. Seu método compreende três etapas para a análise do *modus operandi* da ideologia na mídia: análise do contexto sócio-histórico no qual a mensagem é produzida; análise formal ou discursiva – desenvolvida aqui por meio da Análise de Conteúdo –; e a interpretação/reinterpretação do pesquisador, a partir da articulação entre o contexto sócio-histórico e a análise discursiva.

Embasado em Weber, a *legitimação* é definida por Thompson como representação de algo legítimo, ou seja, aquilo que é “justo e digno de apoio”. Suas estratégias discursivas se dão por meio da *racionalização* (“que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações ou instituições sociais, e com isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio”); *universalização* (“acordos institucionais que servem aos interesses de alguns indivíduos são apresentados como servindo aos interesses de todos”); e *narrativização* (“histórias que contam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável”) (Thompson, 1995, p. 82-83).

A *fragmentação* visa a segmentação de “indivíduos e grupos que possam se transformar num desafio real aos grupos dominantes, ou dirigindo forças de oposição potencial em direção a um alvo que é projetado como mau, perigoso ou ameaçador”. Tem como estratégias a *diferenciação* (dá ênfase as “distinções, diferenças e divisões entre pessoas e grupos, apoiando as características que os desunem [...]”); e o *expurgo do outro* (a construção de um inimigo [...] que é retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou a expurgá-los”) (Thompson, 1995, p. 86-87).

O terceiro modo identificado é o de *reificação* (“eliminação ou ofuscação do caráter sócio-histórico dos fenômenos”) e sua estratégia de *naturalização* (“Um estado de coisas que é uma criação social e histórica pode ser tratado como um acontecimento natural ou como um resultado inevitável de características naturais [...]”) (Thompson, 1995, p. 87-88).

Os artigos analisados são: *O Partido Republicano – aos que amam o Brasil* (20/03/1887 – edição nº 9); e *Autonomia das províncias* (26/06/1887 – edição nº 23). O primeiro exalta os valores republicanos e o segundo é em defesa da autonomia das províncias brasileiras.

O título do primeiro artigo já enuncia um discurso incisivo: *O Partido Republicano – aos que amam o Brasil*. É uma conclamação do partido aos brasileiros que amam seu país. O verbo “amar” exalta os brios dos patriotas na vertente nacionalista que ganhou força no país desde a Independência em 1822. Invoca valores e crenças afetivas e morais denotando que, para provocar mudanças radicais em um sistema político, é preciso mais que persuadir pela razão.

O emprego do pronome “o” articulado à preposição “aos” visa a uma identificação direta entre emissor e receptor. Há um duplo “nós” – o Partido Republicano e os leitores que amam o Brasil – que exprime mais que uma soma de indivíduos, expressa uma unidade de “sujeito coletivo”. O enunciador se dirige ao público de modo a formar um “nós” social, político, unificado, integrado. Um recurso discursivo que coloca leitor e partido dentro dos mesmos ideais e valores. Utiliza-se do modo *fragmentação* (os que amam e os que não amam) e da estratégia de *universalização* (o que é bom para os republicanos é bom para todos) para sensibilizar o público.

O artigo polariza entre a *fragmentação* da monarquia e a *legitimação* da república. Já no primeiro parágrafo, investe contra o regime monárquico, mas não faz digressões diretas ao monarca ou a seu governo, mas aos partidos Liberal e Conservador, apresentando-os como “sustentáculos” daquele regime e que estão “condenados” pela “geração que surge para dar novo e estranho impulso à nação”. Os dois partidos são rotulados como “esfacelados pela corrupção que nasce da ganância pelo poder” e que se confundem nas suas “más aspirações”. Classifica-os como inoperantes e que visam beneficiar e proteger seus correligionários. Ambos representam a monarquia, o mau, e, portanto, não merecem consideração, precisam ser *expurgados*. Desloca as críticas do governo para os dois partidos e então apresenta a grei republicana como o novo, como porta-voz da nova geração, das mudanças (*universalização*).

As críticas da *Folha Livre* têm como ponto de inflexão a disputa de poder entre conservadores e liberais durante o segundo império. De acordo com Chacon (1981), entre 1841 e 1889 os liberais e conservadores comandaram o gabinete ministerial sete vezes cada. Somente entre setembro de 1853 e maio de 1857 ocorreu a conciliação entre os dois partidos, dividindo o gabinete conjuntamente. Em 1868, caiu o gabinete Zacarias (Liberal), gerando a crise que dividiu o partido nas alas radical e moderada. Foi do núcleo radical que se originou o Partido Republicano, cujos jornais (73%) e clubes (89%) se concentraram principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (Lima, 1996).

Com a volta de Zacarias ao gabinete em 1878, muitos ex-liberais migrados para o Partido Republicano retornaram ao partido de origem, fragilizando as ações republicanas, que só retornaram de modo mais intenso entre 1886 e 1887, criando clubes e jornais e disputando eleições. É nessa fase que Santa Catarina ingressa na causa com seus primeiros clubes e jornais.

Por fim, o artigo faz uma indagação direta aos filiados e simpatizantes dos dois partidos e que não deixa muitas alternativas de resposta, pois, como no título, coloca os cidadãos entre aqueles que têm senso de justiça, que são patriotas ou não: “[...] haverá ainda brasileiros patriotas, homens de bom coração e sentimentos de justiça, que queiram servir de protetores de criminosos e perseguidores de homens honestos, continuando a pertencer a estes dois partidos?” (O Partido [...], 20 mar. 1887, p. 3-4). Ou seja, seria compactuar com o crime e proteger “criminosos e perseguidores de homens de bem”. Utiliza-se de modo contundente o modo de *fragmentação* (projetar o mau, perigoso ou ameaçador) e suas estratégias de *diferenciação* e *expurgo do outro*. Assim, restaria ao leitor apenas apoiar e se aliar aos republicanos. Em oposição à monarquia, a república é tratada de forma quase mítica e o homem republicano é referenciado como “livre”, que “não conhece senhor” e que “reconhece todos os homens como cidadãos livres” (O Partido [...], 20 mar. 1887, p. 3-4).

No Antigo Regime, estruturado no trabalho escravo, no alijamento dos direitos políticos e de cidadania, no poder hereditário, entre outros fundamentos, a concepção de liberdade e o reconhecimento da liberdade eram restritos. Inversamente, o Partido Republicano é alçado a “superior aos demais”. Porém, a *Folha Livre* não sinaliza se essas questões estruturais seriam revertidas ou pelo menos discutidas pelo novo partido. Ao invés disso, situa a república como “a única capaz de trazer a verdadeira felicidade ao país” que, “obedecendo ao impulso do

século”, caminha em direção a ela (O Partido [...], 20 mar. 1887, p. 3-4). Nessas construções simbólicas, o periódico recorre à estratégia de *diferenciação* na qual coloca o Partido Republicano como superior aos demais e o único capaz de promover a liberdade e a felicidade que alimentavam o imaginário popular.

O segundo artigo segue a mesma linha discursiva de *legitimação* da república e *fragmentação* da monarquia, porém, a partir da problematização do modo como o império centraliza sua gestão e controla as províncias. Ou seja, agora desloca as questões político-partidárias para as de política de governo com implicações na gestão econômica das províncias.

O jornal define esse centralismo como de “triste consequência para o Brasil” e que desde a Independência as províncias têm se desenvolvido contando com o “elemento oficial” e com o “funesto resultado da centralização” (Autonomia [...], 26 jun. 1887, p. 1). Enfatiza que o governo “prende” as províncias às cortes, que absorve a sua arrecadação e as deixa em posição “vexatória” de “inoportunas mendigas”. Nessas construções discursivas observa-se a ênfase no modo de *legitimação* e sua estratégia de *racionalização*, nas quais é desenvolvida a cadeia de raciocínio de que a centralização política e econômica da monarquia levaria as províncias à miséria. Com essa justificativa, defende a federalização das províncias, mas adverte: “se é que o nosso sistema de governo a suporte sem perigar a monarquia” (Autonomia [...], 26 jun. 1887, p. 1). Reforça que as províncias podem se “esfacelar” caso não lhes seja dada a autonomia e que a monarquia pode ruir sem a contrapartida provincial.

As críticas se estendem a políticos nomeados para cargos públicos, não por justiça ou mérito, mas por que são bacharéis, filhos de autoridades, cabos eleitorais ou porque “não têm capacidade para mais nada”. Como jornal de província, a *Folha Livre* explorou o discurso de emancipação delas enfatizando questões econômicas, tema sensível para o cidadão que percebe o atraso de sua região e a evasão de divisas para sustentar a opulência da corte.

A autonomia é colocada ainda como exigência de seu tempo e que, “pela sua importância e necessidade”, dispensa “investigações” porque “tem na simplicidade da sua concepção a demonstração clara e lógica da sua necessidade, vantagens e propriedade”; que promoveria o “largo desenvolvimento” das províncias (Autonomia [...], 26 jun. 1887, p. 1). Na avaliação do jornal, aqueles eram tempos de mudanças, de modernização, e a descentralização era um avanço rumo à modernidade. Ao se eximir de fundamentar e contextualizar ao seu leitor

a origem histórica e as implicações da autonomia das províncias, apresentando-a apenas como uma questão “lógica” e “necessária”, a *Folha Livre* recorre ao modo de *reificação* e sua estratégia de *naturalização*.

O artigo enfatiza a ocorrência de movimentos separatistas na província de São Paulo e no sul de Minas Gerais em “reação” ao governo central. Conclama Santa Catarina a se aliar às demais províncias em defesa da causa, pois “a ideia amadureceu e é chegado o tempo”. Porém, em tom moderado e reformista, rechaça a separação, embora a considere “justa” e “proveitosa”, uma “reforma sensata que dê às províncias a liberdade de gerir seus próprios interesses e escolher seus administradores” (Autonomia [...], 26 jun. 1887, p. 1). Defende a autonomia e a federalização, mas não uma revolução separatista. Embora não use o termo república no artigo, deixa indicativos de que este regime é o mais adequado para promover e sustentar essas mudanças (Quadro 01).

Quadro 01 – Síntese das categorias de análise e informações levantadas no jornal *Folha Livre*

Síntese das Categorias de Análise	
Legitimação da República	Fragmentação da Monarquia
<p>O homem republicano: Patriotas; bom coração; sentimentos de justiça; honestos; livre; superior; patriotismo; bons; unidos e fortes.</p> <p>O regime republicano: importante; necessário; simples; claro; lógico; vantajoso; justo; impulso do século; proveitosa e sensata reforma; ideia amadurecida; desenvolvimento das províncias; verdadeira felicidade; liberdade; dispensa comentários e investigações.</p>	<p>Condenados pela opinião pública; egoísmo; impunidade; más aspirações; enriquecimento da corte; criminosos e perseguidores; mendicância das províncias; esfacelamento da monarquia sem a sustentação pelas províncias; corrupção; capricho político; mediocridades; posto de empregos para bacharéis; filhos de alcaides; cabos eleitorais e para os que não têm capacidade para nada; poder central absorvedor das arrecadações; centralização; sustentáculos da monarquia.</p>

Fonte: Organização do autor, com base na análise das informações do jornal.

Da síntese acima, infere-se que na busca pela *legitimação* da república, a *Folha Livre* estruturou seu discurso tendo como componentes centrais os valores do homem republicano e o regime republicano em si. Já no seu esforço de *fragmentação* da monarquia, focou na depreciação dos partidos de sustentação do Império e na centralização imposta pelo governo em relação às províncias.



Enunciados como “verdadeira felicidade” e “liberdade”, utilizados para legitimar a república, são carregados de subjetividade e transcendem a questão política ou de um regime de governo. Porém, era preciso conquistar a mente e a *alma* dos joinvilenses. A Proclamação da República no Brasil resultou mais de batalhas travadas no campo discursivo – nas tribunas e na imprensa – que nos campos de artilharia. A origem desse confronto narrativo está na Revolução Francesa, que foi rica em simbolismos¹⁰ que incutiram no imaginário social francês uma nova sociedade, um novo homem. Um imaginário construído por meio de símbolos, alegorias, imagens, enfim, meios que pudessem disseminar a ideologia do novo regime. Como argumenta Mirabeau (*apud* Carvalho, 1998, p. 11) referindo-se àquela revolução, “não basta mostrar a verdade, é necessário que o povo a ame, é necessário apoderar-se da imaginação do povo”.

Em seu estudo sobre a disputa entre liberais, positivistas e jacobinos pela legitimação do regime republicano no Brasil, Carvalho (1998) conclui que o alvo era a inserção de uma nova ideologia operacionalizada por meio de simbolismos que visavam à *formação de almas*, almas republicanas. Tão ou mais importante que o confronto político e bélico, o campo ideológico tem função estratégica no processo republicano, pois como assinala o autor (Carvalho, 1998, p. 9), a ideologia é “o instrumento clássico de legitimação de regimes políticos no mundo moderno, a justificação racional da organização do poder”.

Não por acaso, no discurso que busca legitimar a república, a *Folha Livre* exalta o homem republicano por meio de vários predicativos que o inflamam, que geram a sensação de que é um cidadão pertencente ao novo sistema de governo. São homens, bons, justos, honestos, entre outras qualidades. Do mesmo modo, o regime republicano é exaltado como necessário, que tem o poder de promover a liberdade e a verdadeira felicidade. Enquanto isso, a monarquia é associada à corrupção, ao egoísmo, à impunidade, crimes, manutenção de privilégios, perseguições e outros pejorativos.

¹⁰ Carvalho (1998, p. 12) ressalta que esses simbolismos passam pela “bandeira tricolor e pela Marselhesa, tão carregadas de emoção; pelo barrete frígido, símbolo da liberdade; pela imagem feminina e pela árvore da liberdade; pelo tratamento por cidadão [...]; pelo calendário revolucionário iniciado em 1792 [...]; pelas grandes festas cívicas como as da Federação de 1790 e do Ser Supremo em 1794”, entre outros símbolos e alegorias menores, como a balança, o nível, o feixe, o leme e a lança.



Considerações finais

Entre 21 palavras referenciadas por Hobsbawm em *A era das revoluções* (2010), que se consolidaram ou ganharam contornos de modernidade no século XIX, estão *jornalismo*, *liberal* e *ideologia*. A *Folha Livre* está inserida nesse arcabouço. Abolicionista e republicana, foi, antes de tudo, um jornal liberal movido pelas transformações e aspirações de seu tempo e as defendeu com vigor. Foi dirigida por jovens idealistas que a criaram para difundir a ideologia liberal, o que implicava em inúmeras ações, entre elas a instauração do regime republicano, o fim da escravidão, promover a descentralização do governo e a autonomia das províncias. Sua atuação antiescravagista não foi foco da análise discursiva, mas em razão de sua eloquência, foi abordada no perfil histórico do periódico.

Como muitos jornais de sua época, foi reformista, não revolucionário. Defendeu a autonomia das províncias, mas rechaçou a ideia de separação delas. Suas aspirações de mudanças seguiam certos preceitos e normas de ordem política e jurídica.

Como forma de legitimar o regime republicano, utilizou diferentes modos e estratégias discursivas para exaltar e inflar os brios dos joinvilenses. Enalteceu o regime que se avizinhava, mas que ainda encontrava resistência de boa parte dos cidadãos locais, apesar ou por causa das experiências republicanas ocorridas na província já na década de 1830, em Lages e em Laguna.

A monarquia estava enraizada no Brasil desde 1500 e se acentuou ainda mais a partir de 1808 com a chegada da Família Real fugida da invasão de Napoleão a Portugal. Porém, em razão de uma série de debilidades, a monarquia ruiu por si própria e deu lugar à república. Algumas dessas debilidades como “egoísmo”, “impunidade”, “enriquecimento da corte”, “mendicância das províncias”, “corrupção”, “mediocridade”, entre tantas outras, foram exploradas pela *Folha Livre*. Na historiografia sobre a queda da monarquia, a lista das causas é ainda maior e com imputações de ordem estrutural mais amplas e complexas, que vão do campo político ao econômico, do fato de a monarquia ser uma anomalia na América às suas práticas de violência, da má gestão administrativa ao conflito dos interesses de classes.

Em Joinville, a *Folha Livre* foi o primeiro jornal republicano e o quinto editado em português, em meio a uma população constituída por 75% de imigrantes alemães. Mensurar os efeitos de seu discurso, seja entre leitores brasileiros ou alemães, é tarefa complexa em razão da barreira linguística, do contexto sócio-histórico, do alcance do jornal e de sua breve atuação.

O republicanismo era um movimento insurgente, nascido da ideologia liberal e pauta de pequena parte da elite letrada, como jornalistas, políticos e intelectuais. A *Folha Livre* publicizava os anseios desses jovens idealistas que buscavam estabelecer campos de interação com seus leitores e, assim, persuadi-los à causa e subverter a instituição monárquica dominante.

Conforme Ternes (1983, p. 154), apesar dos festejos em torno do novo regime, “[...] a organização político-administrativa se manteria a mesma em Joinville até 1894” e que nesse período permaneceram em seus cargos os presidentes da Câmara Municipal. Porém, o Partido Republicano elegeu todos os prefeitos do município de 1890 até 1927.

Referências

- A CRISE ambiental. **Folha Livre**, ano 01, n. 07, p. 01, 06 mar. 1887. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/folha-livre/811033>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- AUTONOMIA das províncias. **Folha Livre**, Joinville, ano 01, n. 23, p. 1, 26 jun.1887. <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/folha-livre/811033>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1994.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**. Brasília: Editora UNB, 1981.
- CHUVISCOS. **Folha Livre**, Joinville, ano 01, n. 07, p. 01, 06 mar. 1887. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/folha-livre/811033>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- FOLHA LIVRE. Joinville: janeiro a junho de 1887. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/folha-livre/811033>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- HERKENHOFF, Elly. **História da imprensa de Joinville**. Florianópolis: UFSC, 1998.
- HOBSBAWM, Erick. **A era das revoluções 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- LIMA, Oliveira. **D. João VI no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- MEIRINHO, Jali. **República e oligarquias**. Florianópolis: Insular, 1997.



O PARTIDO Republicano – aos que amam o Brasil. **Folha Livre**, Joinville, ano 01, n. 09, p. 03-04, 20 mar.1887. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/folha-livre/811033>. Acesso em: 10 jul. 2023.

PEDRO, Joana Maria. **Nas tramas entre o público e o privado** - A imprensa de Desterro no século XIX. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

PELOS ESCRAVOS. **Folha Livre**, Joinville, ano 01, n. 19, 29 maio 1887, p. 01-02). Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/folha-livre/811033>. Acesso em: 10 jul. 2023

TERNES, Apolinário. **História do jornal A Notícia - 1923-1983**. Joinville: A Notícia, 1983.

THOMPSON, John. **Ideologia e cultura de moderna**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TRÊS MEZES de jornalismo. **Folha Livre**, Joinville, ano 01, n. 15, p. 1-2, 01 maio 1887. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/folha-livre/811033>. Acesso em: 10 jul. 2023.

Submetido em: 22.11.2023

Aprovado em: 23.10.2024

